

ESTIMULAR A CARIDADE BASTA? PROBLEMATIZANDO UM ESPECIAL JORNALÍSTICO DE SC SOBRE PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA

*IS ENCOURAGING CHARITY ENOUGH? QUESTIONING A SC
NEWS REPORT ON HOMELESS PEOPLE*

*¿BASTA FOMENTAR LA CARIDAD? UN ANÁLISIS CRÍTICO
DE UN REPORTAJE PERIODÍSTICO ESPECIAL DE SC SOBRE
LAS PERSONAS EM SITUACIÓN DE CALLE*

Jorge Kanehide Ijuim ¹

ijuimjor@gmail.com

Patrícia Hadlich Aquino ²

patriciahadlich@gmail.com

RESUMO

Ao aceitar a premissa de que é dever do jornalista defender os direitos do cidadão - especialmente das minorias, conforme preconiza o Código de Ética da profissão - neste artigo, de caráter ensaístico, procuramos investigar o discurso predominante na série de reportagens “*De volta para casa*”. Publicada em setembro de 2021 pelo site jornalístico NSC Total, aborda a questão das pessoas em situação de rua. Com base no pensamento complexo de Edgar Morin, preocupamo-nos em verificar se esta série estimula o leitor-cidadão à auto-ética e à solidariedade, com base no entendimento de solidariedade como elo de ligação entre seres humanos que estimula o senso de responsabilidade. Para tanto, realizamos análises com base em teorias da linguagem que sustentam os estudos da comunicação.

Palavras-chave: Jornalismo. Direitos Humanos. Pensamento complexo. Pessoas em situação de rua.

¹ Jornalista; professor aposentado/voluntário do Programa de Pós-graduação em Jornalismo da Universidade Federal de Santa Catarina (PPGJpr/UFSC).

² Jornalista; mestre e doutoranda em Jornalismo do Programa de Pós-graduação em Jornalismo da Universidade Federal de Santa Catarina (PPGJpr/UFSC).

ABSTRACT

By accepting the premise that it is the journalist's duty to stand for the citizen's rights - especially for the socially excluded groups, as the profession Code of Ethics advocates - in this essayistic article, we seek to investigate the dominant discourse in the series of reports "De volta para casa". It was published in September 2021 through the journalistic website NSC Total, and it approaches the issue of the population in homelessness situation. Based on Edgar Morin's complex thinking, we sought to observe if the series encourages the reader/citizen to personal ethics and to solidarity according to the understanding of solidarity as a connecting element between humans that encourages the sense of responsibility. For this purpose, we have carried out analysis based on language theories that support the communication studies.

Key words: Journalism. Human Rights. Complex thinking. Homelessness people.

RESUMEN

Al aceptar la premisa de que es deber del periodista defender los derechos de los ciudadanos - especialmente de las minorías, como recomienda el Código de Ética de la profesión -, en este artículo, de carácter ensayístico, buscamos investigar el discurso predominante en la serie de reportajes "*De vuelta para casa*". Publicado en septiembre de 2021 por el sitio periodístico NSC Total, aborda la cuestión de las personas en situación de calle. Partiendo del pensamiento complejo de Edgar Morin, nos preocupa verificar si esta serie incita al lector-ciudadano a la autoética y a la solidaridad, a partir de la comprensión de la solidaridad como vínculo entre seres humanos que estimula el sentido de responsabilidad. Para ello, realizamos análisis basados en teorías del lenguaje que sustentan los estudios de comunicación.

Palabras clave: Periodismo. Derechos humanos. Pensamiento complejo. Personas en situación de calle.

1 INTRODUÇÃO

*Não somos lixo.
Não somos lixo e nem bicho.
Somos humanos.
Se na rua estamos é porque nos desencontramos.
Não somos bicho e nem lixo.
Nós somos anjos, não somos o mal.
Nós somos arcanjos no juízo final.
Nós pensamos e agimos, calamos e gritamos.
Ouvimos o silêncio cortante dos que afirmam serem santos.*

(Poema de Carlos Eduardo Ramos, pessoa em situação de rua em Salvador, que abre o Manual Sobre o Cuidado à Saúde Junto à População em Situação de Rua, publicado pelo Ministério da Saúde, em 2012)

No dia 1º de março de 2024 foi publicada no Diário Oficial do município de Florianópolis a lei que permite a internação involuntária de pessoas em situação de rua com dependência química ou transtornos mentais, chamada de “internação humanizada”. Durante a discussão do projeto, aprovado em tempo recorde (37 dias), houve protestos de movimentos sociais que classificaram a retirada de pessoas que estão nas ruas para a internação forçada em instituições como “sequestro e cárcere”. A Defensoria Pública argumentou que a prefeitura não possuía estrutura adequada para os atendimentos e que a lei violava os princípios constitucionais da dignidade da pessoa humana. Mesmo assim, a lei foi aprovada pela Câmara Municipal e sancionada pelo prefeito Topázio Neto. O entendimento da Defensoria de que a lei infringe os direitos humanos nos convida à reflexão sobre a essência desses preceitos.

Partimos da compreensão de que os direitos humanos são ferramentas de ação para garantir o acesso ao que torna a vida digna de ser vivida (Herrera Flores, 2009). Os direitos à dignidade humana estão assegurados na Constituição Federal de 1988, a chamada Constituição Cidadã. O Artigo 1º define como fundamentos: soberania; cidadania; dignidade da pessoa humana. Já o Artigo 3º, designa os objetivos fundamentais da nação: construir uma sociedade livre, justa e solidária; garantir o desenvolvimento nacional; erradicar a pobreza e a marginalização, reduzir as desigualdades sociais e regionais; promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação (Brasil, 1988).

Os direitos fundamentais também estão estabelecidos na Declaração Universal dos Direitos Humanos (ONU, 1948). O artigo 1º preconiza que “todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e em direitos” e assegura que não pode haver distinção, seja de classe, gênero, raça, religião, opinião política ou outro (artigo 2º). Também destacamos o artigo 3º que garante o direito à vida, à liberdade e à segurança pessoal, o artigo 4º que sustenta que ninguém será submetido à “tratamentos cruéis, desumanos ou degradantes”, o artigo 17º que assegura o direito à propriedade, o artigo 22º que defende a segurança social e o artigo 23º que garante o direito ao trabalho e à remuneração digna. Por fim, deixamos em evidência o artigo 25º:

Toda a pessoa tem direito a um nível de vida suficiente para que ela garanta e à sua família a saúde e o bem-estar, principalmente quanto à alimentação, ao vestuário, ao alojamento, à assistência médica e ainda quanto aos serviços sociais necessários, e tem direito à segurança no desemprego, na doença, na invalidez, na viuvez, na velhice ou noutros casos de perda de meios de subsistência por situações independentes da sua vontade (ONU, 1948).

Posicionar-se em defesa do cumprimento desses direitos é obrigação do jornalista, conforme o artigo 6º do Código de Ética da profissão:

Art. 6º É dever do jornalista:

I - opor-se ao arbítrio, ao autoritarismo e à opressão, bem como defender os princípios expressos na Declaração Universal dos Direitos Humanos (Fenaj, 2007).

Parece relativamente simples, mas para que o jornalista apreenda a pessoa em situação de rua como detentora de direitos e expresse isso em palavras ao leitor, deve existir mais do que conhecimento das leis e normas: é preciso comunicação (comunhão) e, para isto, identificação. Aqui recorremos à reflexão do sociólogo e filósofo Edgar Morin sobre a solidariedade. Para ele, somos verdadeiramente cidadãos quando nos sentimos responsáveis e solidários (Morin, 2003). Responsabilidade e solidariedade são conceitos advindos de um profundo sentimento de pertencimento, ou mais, de filiação (de *filius*, filho). No planeta Terra temos - todos os seres humanos - uma casa comum, um jardim comum. Somos solidários ao planeta no sentido de uma responsabilidade recíproca, nossa vida está ligada à vida da Terra (Morin, 2003). Sendo a complexidade o

tecido junto “de acontecimentos, ações, interações, retroações, determinações, acasos, que constituem nosso mundo fenomênico” (Morin, 2015, p.13), podemos considerar que tudo está interligado e eu, leitor, ou eu, repórter, tenho ligação e responsabilidade sobre uma pessoa que está em situação de rua.

De forma geral, pessoas em situação de rua são retratadas nas reportagens como incômodo ou perigo. As matérias costumam ser escritas não *a partir das pessoas que estão com direitos violados*, sofrendo várias violências, apurando e ajudando a investigar, por exemplo, as causas da situação de rua, o que contribuiria para um maior entendimento da complexidade da rua e, conseqüentemente, fomentaria a discussão de adoção de políticas públicas. O caminho trilhado pela reportagem costuma ser o da outra ponta: as conseqüências da vivência na rua (uso de drogas e esmolas) e o olhar predominante é o de quem vai ler o texto no conforto e segurança de um lar. Também destacamos o silenciamento das pessoas e dos movimentos sociais. Não ouvidos, pouco ouvidos ou ouvidos apenas sobre o que o repórter coloca como importante: não há diálogo, mas uma relação vertical, na qual *você* responde apenas o que *eu* quero, a partir da pauta que me foi atribuída. O silêncio das pessoas em situação de rua é a fala dos ausentes. Silêncio que tem sentido, mais decisivo que a fala, onde o não-dito é, na verdade, não-ouvido (Mello, 2006).

Parece-nos relativamente fácil analisar o discurso raso das reportagens superficiais que apresentam apenas o singular, um fato em si. Por isso, neste artigo, nossa proposta é outra: refletir sobre um especial direcionado às pessoas com vivência de rua. Interessa-nos entender o que a/o jornalista escreve quando ouve as pessoas. Qual discurso predomina? Esta é a pergunta-problema que conduz esta reflexão.

É importante destacar que no presente trabalho não pretendemos reduzir a importância da noção de caridade - que geralmente perpassa o noticiário - como um ato humanitário que salva vidas. Mas, por se tratar de ações individuais (assistencialistas), acreditamos que não pode ser o fio condutor do discurso jornalístico que deve ter em mente um cenário mais abrangente, para reivindicar ações estruturantes na criação ou mudanças de políticas públicas. Dessa forma, trazemos ao debate que o discurso jornalístico seja, em essência, solidário no sentido compreendido por Edgar Morin.

Para Morin, ser verdadeiramente solidário é reconhecer a humanidade do Outro em toda a sua complexidade.

A complexidade humana não poderia ser compreendida dissociada dos elementos que a constituem: todo desenvolvimento verdadeiramente humano significa o desenvolvimento conjunto das autonomias individuais, das participações comunitárias e do sentimento de pertencer à espécie humana (Morin, 2000, p. 55).

Através da perspectiva da solidariedade, elegemos para análise um especial de cinco reportagens e um vídeo publicados pelo portal NSC Total, em setembro de 2021, intitulado “De volta para casa”. O material jornalístico, assinado pela repórter Ângela Bastos, se propôs a contar histórias de pessoas que saíram da situação de rua. A escolha pelo portal se deu por se tratar de um dos principais de Santa Catarina, que já registrou marcos superiores a 8,8 milhões de usuários únicos mensais, conforme dados auditados pelo Instituto Verificador de Comunicação (IVC) em balanços de mercado. O especial foi selecionado por, supostamente, demandar um tempo maior de produção e, conseqüentemente, entende-se de reflexão. Aliado a isto, a repórter é considerada um destaque em coberturas humanizadas por leitores e profissionais que acompanham a cobertura da imprensa regional.

As reportagens - As cinco reportagens foram publicadas no mesmo dia, 18 de setembro de 2021, em horários diferenciados. Elas apresentam ao final o mesmo vídeo, uma colagem de depoimentos das pessoas ouvidas - todas passaram por situação de rua. No dia da publicação, o país ainda enfrentava a pandemia da Covid 19 - que contribuiu para o aumento do número de pessoas vulnerabilizadas dormindo nas ruas, além de mudar o perfil dessa população, que passou a incluir famílias inteiras e muitas crianças - mas com redução no número de casos.

A primeira matéria publicada é intitulada *SC tem mais de 5 mil moradores de rua* e teve como objetivo contextualizar o assunto. Ao final, anuncia o que o leitor pode esperar da série: “Nesta reportagem vamos falar de pessoas que estavam na rua e que pareciam seguir na direção de uma reta sem fim, mas que conseguiram dobrar a esquina”.

Na sequência foram publicados três textos, cada um contando a história de um “personagem que saiu da rua”. O que trata de Cleiton recebeu o título de *“Eu perdi a noção do que era ser gente”*, conta ex-morador de rua de SC. Já o texto que descreve a vivência de Celeste foi nomeado *“Eu cochilava com medo que a roda me esmagasse”*, conta a venezuelana que viveu nas ruas de Florianópolis. E *“É preciso querer mudar”*, conta ex-morador de rua que virou empresário tem como foco principal a vida de Afonso.

A reportagem que fecha a série é intitulada *Como ajudar um morador de rua?* que traz recomendações do que a população pode fazer em prol das pessoas.

Entendemos que a série foi construída com a intenção de apresentar o tamanho do problema (5 mil ‘moradores de rua’ em SC), contar quem são as pessoas e, ao final, estimular a sociedade a se envolver para ajudar. À primeira vista, o formato parece positivo porque contextualiza o leitor sobre o tema, personaliza os personagens ao dar nome, rosto e contar as histórias de pessoas que viveram a situação extrema da rua e ao final, convida o(a) cidadão(ã) a ser ativo(a) apontando um a caminho seguir.

A partir do pensamento de Morin e do seu entendimento de solidariedade, vamos agora analisar as reportagens com base nessas três vertentes: contextualização, humanização e envolvimento.

2 CONTEXTUALIZAÇÃO E HUMANIZAÇÃO

Ao lançar o olhar para o material empírico selecionado, recorreremos a alguns recursos da Análise de Conteúdo (Herscovitz, 2008). Por estes, de maneira descritiva e explanatória, buscamos fazer inferências sobre os conteúdos estabelecendo como categorias as noções de *explicação* e de *compreensão* (Morin, 2001).

2.1 EXPLICAR

A comunicação é um desafio humano no qual Morin buscou entendimento.

Por que nos comunicamos? Comunicamo-nos para informar, para nos informarmos, para conhecer, para, eventualmente, nos conhecermos, para explicar, para nos explicarmos, para compreender e nos compreendermos (Morin, 2001, p.123).

Para ser rica, a comunicação precisa gerar conhecimento, que envolve não apenas organizar as informações, mas também acessar dados cognitivos, como memória, raciocínio, percepção e compreensão. Para conduzir ao conhecimento, Morin destaca a importância de dois processos: o da *explicação* e o da *compreensão*. Analisando as reportagens a partir dessas duas lentes, podemos considerar que as matérias contam histórias ‘solitas’ de pessoas que estiveram em situação de rua, sem um contexto que amarre as trajetórias. É como se cada história de vida fosse eventual e não o resultado de um processo histórico de desigualdade social, exclusões e violências.

Explicar, para Morin, é situar no tempo e na história. No tempo, a primeira reportagem apresenta um quantitativo (na época, 2021, o mais atual): 5 mil pessoas em situação de rua em Santa Catarina (segundo pesquisa do Tribunal de Contas do Estado) e 222 mil no Brasil (IPEA). Também cita o desemprego, sem trazer números, sem aprofundamento. Apenas em uma frase: “o desemprego gerado também pela pandemia do coronavírus empurrou muita gente para a miséria”. Ainda situando no tempo, usa dados de uma organização não-governamental (ICOM) para divulgar um perfil:

- 77,8% são homens
- 65% têm entre 30 a 49 anos
- 70% está há menos de cinco anos em situação de rua
- 50% vive na Grande Florianópolis há menos de um ano
- 20% são nascidos na Grande Florianópolis
- 92% sabem ler e escrever
- 22% concluíram o ensino médio

Curioso que o perfil apresentado não traz o quesito raça, apesar de que, historicamente (vamos apresentar dados atualizados neste artigo) a população de rua é majoritariamente negra.

Ainda sobre situar no tempo, a última reportagem apresenta mais um dado estatístico: o de que em todo o estado 153 mil famílias não tinham onde morar ou moravam em condições precárias. Sobre situar na história, nada foi encontrado nas publicações. Agora, façamos uma reflexão mais aprofundada sobre o que faltou explicar, situando o tema no tempo e na história.

No tempo, podemos refletir: o que as pessoas ouvidas na reportagem têm em comum hoje? A pobreza extrema e não possuir moradia convencional regular. Além

disso, a maioria tem laços familiares cortados ou fragilizados drasticamente - o que coincide com a definição de pessoa em situação de rua, estabelecida pelo decreto que instituiu a Política Nacional para a Pessoa em Situação de Rua, de 2009³. Situar na história é explicar que após a abolição da escravatura, em vez de discutir e promover acesso à moradia e emprego aos libertos, o País se ocupou de aprovar leis que reprimiram quem estivesse nas ruas⁴. Segundo dados do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania de 2023 - levantados com base no CadÚnico⁵ - 68% das pessoas que dormem nas ruas são negras.

Situar no tempo é ainda dar visibilidade ao fato de que o Brasil tem um déficit habitacional de cerca de 6 milhões de unidades (IBGE, 2022) e comparar esse número ao de domicílios desocupados, que é três vezes menor. Em Santa Catarina, existem cerca de 611 mil pessoas que estão em situação precária de moradia ou nas ruas, segundo pesquisa da Udesc⁶. Se habitassem a mesma cidade, a população seria superior à da maior cidade do Estado, que é Joinville, com 604 mil habitantes (IBGE, 2021).

Situar na história é explicar que nosso país é uma das únicas grandes nações capitalistas do mundo que não realizou reforma agrária, favorecendo a concentração de terras nas mãos de grandes latifundiários⁷, o que contribuiu com a exploração de trabalhadores e com o aumento da desigualdade social.

Outras duas informações são importantes para situar o tema no tempo e no espaço, mas não podem ser cobradas da jornalista que escreveu o especial porque ocorreram depois de sua publicação. Mas, como escrevemos em 2024, podem - e devem - ser relevantes ao leitor/cidadão.

3 [Decreto nº 7053](#)

4 Uma semana após a abolição da escravatura, o Ministério da Justiça enviou para a Câmara um projeto de repressão à ociosidade para coibir a circulação dos libertos nos espaços urbanos. O projeto era visto por muitos deputados como “salvação pública para o império do Brasil exatamente porque tinha como objetivo principal a ‘população nacional’, ou seja, o liberto” (CHALHOUB, 1983, p55). Existia um medo branco de uma revolta negra (a exemplo do que já tinha acontecido na Bahia, em 1835).

5 [POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA - Diagnóstico com base nos dados e informações disponíveis em registros administrativos e](#)

6 Resultado obtido na dissertação do pesquisador Jefferson Maier disponível no link [UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA – UDESC CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E DA EDUCAÇÃO – FAED PROGRAMA DE PÓS-GRADUA](#)

7 O Brasil tem uma das maiores concentrações fundiárias do mundo. Segundo o Censo Agropecuário (IBGE, 2017), o País tem 5.073.324 propriedades rurais, sendo que 51.203 possuem mais de 1 mil hectares, ou seja, 1% das propriedades agrícolas ocupa quase metade da área rural brasileira (47,5%). Ver https://censoagro2017.ibge.gov.br/templates/censo_agro/resultadosagro/index.html

O primeiro refere-se à aprovação do Plano Diretor de Florianópolis em 2023, que serve aos interesses de grupos dominantes em detrimento das populações periféricas e lutas sociais para favorecer a especulação imobiliária, como apontaram Peres, Abreu e Calheiros (2023). Segundo os pesquisadores, isso só foi possível com o apoio da mídia hegemônica local. O segundo fato relevante é o número mais atualizado de pessoas em situação de rua na região, 9.065 em Santa Catarina (oitavo pior índice do País) e 2.020 em Florianópolis (décimo maior entre as capitais), conforme estudo do Governo Federal divulgado em 2023. A mesma pesquisa trata também do processo de produção espacial de Florianópolis que excluiu os empobrecidos.

Já no final do século XIX, a população negra escravizada foi forçada a subir o Maciço do Morro da Cruz, em frente ao centro histórico insular e que se estende de norte a sul da Ilha, por medidas de “higienização”. A modernização conservadora reproduziu-se no Plano Diretor de 1976, concebido para adaptar o sistema viário ao automóvel e aos interesses turísticos, lógica que se estendeu aos planos subsequentes, apesar de avanços na proteção de APPs e na consolidação de unidades de conservação, com poucos processos participativos. (Peres *et al*, 2023, p. 2147).

2.2 COMPREENDER

Feito o esforço de explicação - situando a temática da pessoa em situação de rua no tempo, na história e no panorama das forças políticas - vamos à *compreensão* que, segundo Morin, precisa recorrer a um processo subjetivo, um processo de empatia. Enquanto a explicação é objetiva e permite conhecer fatos humanos, a *compreensão* “permite conhecer um sujeito enquanto sujeito” (Morin, 2001, p. 126). O *Outro* se torna um *outro Eu*. É importante destacar que a compreensão é um instrumento sujeito a mal-entendidos, comporta sempre risco de erros, do qual não conseguimos fugir.

Morin aponta como um grande obstáculo à compreensão as estruturas de pensamento que o sociólogo denomina “paradigmas”. São relações entre conceitos dominantes que determinam nosso modo de conhecer. Em nossa sociedade, a estrutura de pensamento que predomina é disjuntiva e redutora (Morin, 2001). Disjuntiva porque tende à separação (por exemplo, dos fatos e problemas) e redutora porque tenta tecer explicações a partir de apenas um elemento.

Em nosso material empírico, a disjunção é constatada a partir da falta de uma contextualização mais aprofundada, da separação entre as histórias de vida das questões estruturantes da situação de rua - extrema pobreza, falta de moradia, desemprego ou empregos precários, vínculos familiares rompidos ou fragilizados.

A redução é observada na forma de abordagem que parte de um único acontecimento da vida das pessoas: a situação de rua. A situação de rua - apesar de traumática - é UM dos muitos acontecimentos na vida de cada pessoa entrevistada. Por exemplo: Nora, uma artesã argentina, enfrentou a violência psicológica praticada pelo ex-companheiro com quem viveu por mais de vinte anos. A venezuelana Celeste teve três filhos e deixou o país de origem. Cleiton enfrenta os desafios de comandar um pequeno negócio. Aliás, esse único elemento (mutilante) que tenta explicar um todo - olhar para a pessoa apenas como alguém que viveu na rua e nada mais - é visível na foto (a seguir) que acompanha a reportagem sobre a trajetória de Cleiton, o microempreendedor individual. Ele montou um serviço de limpeza e embelezamento de carros na garagem de casa, mas o cenário escolhido para a foto foi um local aberto em que se observa mato e lixo. Cleiton está de luvas e chinelo olhando para a câmera em meio ao lixo. Se ele não vive mais em situação de rua, por que a imagem não poderia ser capturada trabalhando? Ou com a família no sofá de casa? Ou rindo em uma situação de descontração? A foto em meio ao lixo reduz a vida de Cleiton a apenas um acontecimento: a situação de rua, ainda que já tenha saído dela.



Foto do repórter fotográfico Tiago Ghizoni, publicada no NSC Total em 18/09/21

Seguindo as reflexões de Morin, quando reduz uma pessoa a um único episódio de sua vida - aqui, no caso, a situação de rua - instala-se uma total incompreensão. Se olho para uma pessoa e enxergo apenas a situação de rua - que está distante de minha condição atual - o que então temos em comum? Nada. Mas se olho para uma pessoa enquanto pessoa - com medos, sonhos, desejos, alegrias, traumas - me vejo nela. Existe uma conexão. Aquela trajetória marcada por pobreza, sofrimento, abandono, poderia ter sido a minha se tivesse nascido em outra família, com outra cor, em outras condições sociais. O autor usa o cinema como exemplo.

Penso constantemente no milagre do cinema. Na tela, vemos o Chaplin, o vagabundo; ele nos emociona e gostamos dele, sujo e pobre. Entretanto, quando saímos do cinema, na esquina da rua, está um mendigo. Aí desviamos, achamos que ele cheira mal, nós o evitamos, ficamos com medo. A compreensão funcionou só diante da tela (Morin, 2001, p.132).

Apesar de concordar com Morin, entendemos que existem níveis de compreensão. Compreender um personagem da ficção, sem necessidade de diálogo, enquanto você se sente seguro em uma cadeira de cinema, nos parece menos profundo

do que compreender uma pessoa que está a sua frente, vulnerabilizada - situação, portanto, sujeita a desequilíbrios. Se por um lado o encontro físico pode gerar inseguranças e medos, de outro tem um potencial de comunicação muito maior. A comunicação face a face é a mais rica de todas. Os sociólogos Peter Berger e Thomas Luckmann (2004) versaram sobre isso ao estudar a construção social da realidade. Asseguram que, no encontro face a face, o *Outro* é mais real do que eu mesmo: eu o vejo por inteiro, mas não me vejo por inteiro. E mais: eu vejo nele as expressões/reações diante do que *eu* falo, ou seja, diante do *Outro* a minha própria subjetividade é mais real.

Concordando mais uma vez com Morin que “a compreensão é, ao mesmo tempo, um meio e um objetivo final da comunicação humana” (Morin, 2001, p.133) e voltando ao material empírico, questionamos: houve compreensão da repórter? Na tentativa de responder à pergunta, vamos analisar a reportagem que fechou a série especial.

3 ENVOLVER-SE, FUNDAMENTAL

Em termos de contexto, avaliamos que a temática não foi situada na história e no tempo, pois ocorreu de forma pouco aprofundada, mas evidenciamos o esforço da repórter neste sentido. Sobre humanização, destacamos que as histórias foram ouvidas por ouvidos gentis e atentos, mas a partir de uma única perspectiva: a da situação de rua, o que reduziu as pessoas a um único fato traumático da vida.

Vamos agora discutir sobre envolvimento, para refletir sobre a pergunta-problema proposta neste trabalho: qual o discurso predominante nesta série? Sendo a solidariedade, a partir de Morin, o que religa, conecta e pressupõe responsabilidade, tem, portanto, potencial para o desenvolvimento de maior consciência social. Através desta perspectiva, refletimos sobre a última reportagem da série: *Como ajudar um morador de rua?* O texto termina com oito sugestões ao leitor cuja fonte é apresentada como sendo “Manual sobre o cuidado à Saúde junto à População em Situação de Rua”. A matéria não diz quem ou qual órgão produziu o manual. Um manual de mesmo nome consta na página do governo federal, publicado pelo Ministério da Saúde em 2012, mas

o documento - que aborda os problemas de saúde mais comuns das pessoas em situação de rua e apresenta estratégias com bons resultados - não traz ‘dicas’ sobre o que fazer para ajudar. Dessa forma, não foi possível saber a fonte das orientações que a repórter apresenta.

O primeiro item da lista que tem como subtítulo “Veja como ajudar” é, na verdade, um alerta ao leitor, “Lembre-se: cada município tem suas normas acerca da população de rua. Em Florianópolis, existe uma campanha para não dar esmolas”. O segundo item também se refere à doação de dinheiro nas ruas: “se mesmo assim você preferir dar dinheiro, convém lembrar: a pessoa poderá fazer uso como ela quiser”.

A terceira sugestão é oferecer alimentos. E a repórter acrescenta: “se possível, acompanhe a pessoa até a padaria ou mercado para evitar que ocorra discriminação”. A quarta orientação é para que o cidadão acione a Polícia Militar se perceber uma pessoa em situação de rua sofrendo maus-tratos e a quinta para que entre em contato com o SAMU se alguém precisar de ajuda. A sexta dica é para que o leitor procure nas redes sociais organizações não-governamentais que prestem atendimento vulnerabilizadas. A sétima sugere dar atenção: “às vezes, uma conversa tem poder de transformação maior do que se imagina”. A última faz outro alerta: “Solidariedade é fundamental, mas cabe aos gestores públicos políticas de acolhimento e moradia. Ajude a cobrar dos governantes”.

Entendemos que a pergunta feita no título - *Como ajudar?* - nos apresenta um dilema ético. Morin defende que uma ética verdadeiramente humana passa pela restauração do sujeito responsável (Morin, 1998). Ele escreve: “A restauração do sujeito comporta a exigência do auto-exame, a consciência da responsabilidade pessoal e o encargo da ética (auto-ética)” (Morin, 1998, p. 71). Ou seja, em nossa sociedade individualista, cabe a cada um escolher por si mesmo seus ideais e agir de acordo com eles, sem esquecimento ou renúncia, mesmo perdidas as esperanças de sua realização. Entre as ideias-guia sugeridas por Morin, podemos destacar a comunicação, o debate, a generosidade, a resistência. Os movimentos de pessoas em situação de rua pelo país se organizam não em prol de ações de caridade, mas com vistas à emancipação política, para explicar para quem está vulnerabilizado quais direitos estão sendo violados. Conhecer direitos é o primeiro passo para saber de quem cobrar.

As reportagens analisadas não abordam os direitos violados e não cobram ações do Poder Público. O representante do governo do Estado ouvido na reportagem diz apenas que “existem estudos” sobre um projeto de moradia em que as casas seriam subsidiadas de forma integral pelo Governo Estadual, com apoio das prefeituras, que teriam que doar terrenos. Nenhuma informação a mais é apresentada (quantas moradias? qual a previsão de entrega? em quais municípios? quem será beneficiado?). O secretário diz que faltam recursos financeiros para tocar o projeto, colocando em dúvida se realmente sairá do papel. O Governo do Estado e a prefeitura de Florianópolis não são questionados sobre outros temas - como emprego, prevenção à violência, acesso de saúde e educação, etc. Aqui precisamos marcar uma possível limitação deste artigo diante de uma dúvida que não temos como responder: a repórter não quis cobrar ou foi impedida por orientação da linha editorial do veículo?

O jornal não cobra, mas sugere que o leitor o faça: “cabe aos gestores públicos políticas de acolhimento e moradia. Ajude a cobrar dos governantes”, diz o texto. Aliada à ausência da cobrança de políticas públicas, o texto recomenda uma ação individual: dar comida e, se possível, acompanhar a pessoa até a padaria.

Uma verdadeira desalienação, segundo o psicanalista e militante revolucionário Franz Fanon (2020), requer um reconhecimento imediato das realidades econômicas e sociais. Fanon descreveu a existência de uma *zona do não-ser*, marcada não pelo sentimento de inferioridade, mas de inexistência, onde a raça funciona como mecanismo de distinção entre quem tem a humanidade reconhecida e quem não tem. A repórter está na zona do ser, onde há *sujeitos*, humanos que acessam direitos. Na zona do não-ser as pessoas são *objetos*, *coisas*, não humanos, direitos não são acessados e seu sofrimento não é considerado. A zona do ser se sustenta na existência necessária da zona do não-ser.

4 CONSIDERAÇÕES POSSÍVEIS

A solidariedade pressupõe a ética da complexidade humana. E a complexidade humana requer a ética da solidariedade (Morin, 2001). O pensador francês nos ensina que aprendemos a separar, mas não a religar. “Mas a própria vida é uma formidável

força de religação de elementos diversos” (Morin, 2001, p. 52). Continuar a vida, segundo o autor, é continuar resistindo à morte e a melhor forma de fazer isso é através da união, da solidariedade, da fraternidade, do amor. E isto nada tem a ver com a ideia utópica de que vamos amar todas as pessoas e ser amado por elas. Através da solidariedade somos capazes de nos comunicar, admitindo a subjetividade do *Outro*.

Se aceitarmos como jornalismo humanizado aquele em que o ser humano é ponto de partida e ponto de chegada (Ijuim, 2002, 2012), podemos dizer que a série de reportagens *De volta para casa* se enquadra nesta noção de humanização? Certamente, o ser humano foi ponto de partida: pessoas em situação de rua - historicamente silenciadas - foram ouvidas, com tempo, com atenção, com carinho. O vídeo exibido ao final de cada texto mostra que as pessoas estão à vontade na presença da repórter, que existe uma ligação. Mas o ser humano foi ponto de chegada?

Inferimos que não. Porque, para isto, seria necessário recorrer a uma narrativa solidária, que se comunique de fato, estabeleça vínculos mais profundos, responsabilidades, que denuncie o desrespeito aos direitos humanos e aos direitos constitucionais, que cobre ações estruturais em vez de (apenas) sugerir atos de caridade. O ser humano como ponto de chegada sugere abraçar a complexidade do tema social, sem romantismos, sem flertar com a meritocracia.

Avaliamos que a abordagem predominante na série de reportagens é a da caridade, o que não exclui o olhar humano da repórter e a intenção de estimular a população a agir. Mas isso acontece no campo individual e não no coletivo, pelo qual as transformações sociais realmente acontecem. O discurso da solidariedade é o que pode estimular o olhar crítico diante do mundo. E este não admite uma postura de admiração ou contemplação. “É preciso que seja capaz de, estando no mundo, saber-se nele” (Freire, 1983, p. 16). Assim, o Jornalismo – e seus profissionais – poderão ter em seu trabalho “a ação para a transformação” (Ijuim, 2009, p. 34)

Como já escrevemos anteriormente, as coberturas sobre pessoas em situação de rua têm sido, com raras exceções, superficiais, discriminatórias, tratando-as como incômodo, risco à segurança. Por outro lado, as matérias têm sido pontuais, constatativas e, em geral, de caráter assistencialista – campanhas no inverno, por exemplo (Ijuim, Aquino, Quint, Bueno, 2023). Ao escolher este especial da NSC Total,

imaginamos que, por ser uma série de reportagens, apresentasse algum diferencial, o que necessariamente não aconteceu. Houve espaço para que as pessoas contassem a própria história. Mas entendemos que ainda é pouco. E vamos apontar os motivos pelos quais consideramos que os textos desumanizam as pessoas.

Em todas as reportagens, a expressão usada foi “morador de rua”, que carrega sentido definitivo da condição vulnerabilizada e por isso foi excluída da Política Nacional para a Pessoa em Situação de Rua (2009) que emprega os termos “população em situação de rua” e “pessoa em situação de rua”.

A repórter ouve os relatos sem questionar quais direitos foram violados para que se atingisse a situação de rua. Por exemplo, um entrevistado saiu de casa ainda criança depois de ver o pai esfaquear a mãe e viveu na rua por décadas. Nesta situação, direitos da infância assegurados pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (1990) foram violados: direito à proteção, direito à vida, à dignidade, à saúde, à educação, alimentação, para citar alguns. Outra entrevistada, Celeste, veio da Venezuela. A Constituição Cidadã (1988) assegura aos imigrantes os mesmos direitos e garantias fundamentais: a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, assegurando-lhe também os direitos e liberdades civis, sociais, culturais e econômicos (artigo 4º, caput e inciso I). Na situação de rua, estes direitos são ignorados. Além disso, entendemos que a série transita em um lugar-comum equivocado: o de colocar as drogas como foco principal da rua.

Existe ainda uma corrente individualista: a pessoa é a única responsável por estar na rua; uma eventual mudança só depende dela e aos cidadãos que têm casa só cabe doar comida e agasalhos. Tudo acontece no campo individual, de forma que se torna cômodo para o Poder Público, que não é cobrado sobre ações estruturantes: moradia, em primeiro lugar; acesso a empregos dignos (não subempregos, em condições desumanizantes como geralmente é ofertado para quem está na rua); locais de acolhimento com boa alimentação, segurança (especialmente para as mulheres, travestis e pessoas trans), higiene e banho quente; acesso à saúde, educação e espaços públicos sem discriminação.

Assim, percebemos que quando a/o jornalista ouve as pessoas pergunta apenas sobre parâmetros individuais, não contextualiza a rua com seus aspectos estruturais: a

desigualdade social e o racismo. Por fim, não denuncia, não cobra e não estimula maior consciência social. Propõe apenas ações de caridade (pontuais), contribuindo para manter as estruturas sociais no lugar onde sempre estiveram.

Em última análise, a série *De volta para casa* tem mérito ao ouvir as pessoas que geralmente são silenciadas, o que contribui para mostrar à sociedade a heterogeneidade da rua, mas perde a oportunidade de ampliar o entendimento das causas da situação de rua, cobrar soluções estruturantes e problematizar questões importantes, como as de gênero, por exemplo. Além disso, ao romantizar a situação de rua, o texto jornalístico fortalece uma das narrativas predominantes na cobertura da mídia hegemônica de Santa Catarina, a de que as pessoas são coitadas e a elas só cabem ações de caridade e não justiça social (Aquino, 2025).

Ao concordar que um dos papéis do Jornalismo é colaborar para a elevação da consciência social - transformação -, depreendemos que há a necessidade fundamental de se firmar um compromisso com o mundo (Freire, 1983). Tal compromisso tanto requer como é decorrência de um processo humanizador - humanização de si mesmo como de outros/as homens e mulheres.

REFERÊNCIAS

AQUINO, Patrícia Hadlich. **Narrativas sobre pessoas em situação de rua em jornais hegemônicos de Santa Catarina em contexto pós-pandêmico: "coitados", "rebeldes" e "violentos"**. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Comunicação e Expressão, Programa de Pós-Graduação em Jornalismo, Florianópolis, 2025. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/269477> . Acesso em: 9 abr. 2026.

Brasil. Ministério da Saúde. **Manual sobre o cuidado à saúde junto à população em situação de rua**. Brasília, 2012. Disponível em: [Manual sobre o cuidado à saúde junto a população em situação de rua](#) Acesso em: 2 de nov 2023.

Brasil. Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania. **População em situação de rua - diagnóstico com base nos dados e informações disponíveis em registros administrativos e sistemas do Governo Federal**. Brasília, agosto de 2023. Disponível em: [POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA - Diagnóstico com base nos dados e informações disponíveis em registros administrativos e](#) Acesso em: 2 de nov 2023.

Brasil. Presidência da República. **Política Nacional para a População em Situação de Rua**. Decreto nº 7.053 de 23 de dezembro de 2009. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d7053.htm Acesso em: 2 nov 2023.

Brasil. Supremo Tribunal Federal. **Medida Cautelar na Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental 976 Distrito Federal**. Relator: ministro Alexandre de Moraes. Diário de Justiça Eletrônico, Brasília, 25 de julho de 2023. Disponível em: <https://www.stf.jus.br/arquivo/cms/noticiaNoticiaStf/anexo/ADPF976MC1.pdf> . Acesso em: 2 de nov 2023.

Chalhoub, S. Vadios e barões no ocaso do Império: o debate sobre a repressão da ociosidade na Câmara dos Deputados em 1888. **Estudos Ibero-Americanos**, v. 9 n. 1, 2 (1983). Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/iberoamericana/article/view/36351> Acesso em: 20 mar 2023.

Fanon, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. São Paulo: Ubu editora, 2020.

FENAJ – Federação Nacional dos Jornalistas. **Código de ética dos jornalistas brasileiros**. Disponível em: [Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros | Fenaj](#) . Acesso em 2 nov. 2023.

Herscovitz, H.G. Análise de conteúdo em jornalismo. In: Lago, C.; Benetti, M. (Orgs). **Metodologia de pesquisa em jornalismo**. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Panorama Censo 2022**. Disponível em: [Censo 2022 - IBGE](#) Acesso em: 2 de nov 2023.

IJUIM, J.K. **Jornal escolar e vivências humanas: Um roteiro de viagem**. São Paulo, SP, 2002. Tese de doutorado. Programa de Pós-graduação em Ciências da Comunicação da ECA/USP, 244 p.

IJUIM, J.K. A responsabilidade social do jornalista e o pensamento de Paulo Freire. **Em Questão**, Porto Alegre, 2010. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/EmQuestao/article/view/10060> . Acesso em: 2 Nov 2023.

IJUIM, J.K. Humanização e desumanização no jornalismo: Algumas saídas. **Revista Comunicação Midiática**, 7 (2): 117-137. Disponível em: <https://www2.faac.unesp.br/comunicacaomidiatica/index.php/CM/article/view/290/289> Acesso em 02 Nov 2023.

IJUIM, J.K. QUINT, K.G., BUENO, L.F., AQUINO, P.H. Jornalismo e Direitos Humanos: Reflexões sobre/para a formação profissional. 46º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – PUCMinas – 2023. Disponível em: https://sistemas.intercom.org.br/pdf/link_aceite/nacional/11/0816202317170264dd2ebecca3e.pdf . Acesso em: 20 mar 2024.

MAIER, Jefferson. Lutar, Criar: experiência de organização política dos moradores da ocupação Contestado/SJ. Dissertação. Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade do Estado de Santa Catarina, 2022. Disponível em https://www.udesc.br/arquivos/faed/id_cpmenu/7187/1_disserta_o_jefferson_maier_revis_o_final_2_16716593895256_7187.pdf . Acesso em 10 abr. 2026.

MELLO, R. **O silêncio faz sentido**. UFMG, 2006. Disponível em: http://www.filologia.org.br/ileel/artigos/artigo_146.pdf Acesso em: 24 abril 2024.

MORIN, E.; Almeida, M.C.; Carvalho, E.A.; Fiedler-Ferrara, N.; Coelho, N.N. **Ética, solidariedade e complexidade**. São Paulo: Palas Athena, 1998.

MORIN, E.; Kern, A. **Terra-Pátria**. Trad. Paulo Azevedo Neves da Silva. Porto Alegre: Sulina, 2003.

MORIN, E. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. 2. ed. Trad. Catarina Eleonora F. da Silva e Jeanne Sawaya. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: UNESCO, 2000.

MORIN, E. **Introdução ao pensamento complexo**. Trad. Eliane Lisboa. 5 ed. - Porto Alegre: Sulina, 2015.

PENA-VEJA, A.; ALMEIDA, C.R.S.; PETRAGLIA, I. (orgs). **Edgar Morin: Ética, Cultura e Educação**. São Paulo: Cortez, 2001.

PERES, L.; ABREU, M.; CALHEIROS, F. Cidade à venda: inflexão ultraliberal na produção do espaço em Florianópolis. **Cadernos Metrópole**. São Paulo, v. 25, n. 58, pp. 1143-1169, set/dez 2023. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/metropole/article/view/53690/43097> Acesso em 2 nov. 2023.

REPORTAGENS CONSULTADAS

BASTOS, A. “Eu perdi a noção do que era ser gente”, conta ex-morador de rua de SC. **NSC Total**, Florianópolis, 18 de setembro de 2021. Disponível em: ["Eu perdi a noção do que era ser gente", conta ex-morador de rua de SC - NSC Total](#) Acesso em: 2 de nov 2023.

BASTOS, A. “Eu cochilava com medo que a roda me esmagasse”, conta a venezuelana que viveu nas ruas de Florianópolis. **NSC Total**, Florianópolis, 18 de setembro de 2021. Disponível em: ["Eu cochilava com medo que a roda me esmagasse", conta a venezuelana que viveu nas ruas de Florianópolis - NSC Total](#) Acesso em: 2 de nov 2023.

BASTOS, A. SC tem mais de 5 mil moradores de rua. **NSC Total**, Florianópolis, 18 de setembro de 2021. Disponível em: <https://www.nsctotal.com.br/noticias/sc-tem-mais-de-5-mil-moradores-de-rua> Acesso em: 2 de nov 2023.

BASTOS, A. Como ajudar um morador de rua? **NSC Total**, Florianópolis, 18 de setembro de 2021. Disponível em: <https://www.nsctotal.com.br/noticias/como-ajudar-um-morador-de-rua> Acesso em: 2 de nov 2023.

BASTOS, A. “É preciso querer mudar”, conta ex-morador de rua que virou empresário **NSC Total**, Florianópolis, 18 de setembro de 2021. Disponível em: <https://www.nsctotal.com.br/noticias/e-preciso-querer-mudar-conta-ex-morador-de-rua-que-virou-empresario> Acesso em: 2 de nov 2023.

Original recebido em: 29 de abril de 2024.

Aceito para publicação em: 11 de abril de 2026.

Jorge Kanehide Ijuim

Jornalista; doutor em Ciências da Comunicação/Jornalismo pela Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo; estágio pós-doutoral pela Universidade de Coimbra/PT; professor aposentado/voluntário do Departamento de Jornalismo e do Programa de Pós-Graduação em Jornalismo da Universidade Federal de Santa Catarina (PPGJor/UFSC).

Patrícia Hadlich Aquino

Jornalista graduada pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS); mestre e doutoranda em Jornalismo pelo Programa de Pós-Graduação em Jornalismo da Universidade Federal de Santa Catarina (PPGJor/UFSC).



Esta obra está licenciada com uma Licença
Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 4.0 Internacional